

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE.**

## **DPVAT**

**IVANDERSON FREITAS DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, autônomo, inscrito no CPF sob o nº 051.255.873-62 e RG sob o nº 2006098049496, residente e domiciliado ao Povoado Madalenas, S/N, Água Preta, Tururu-CE, CEP: 62.655-000, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada DRA. VIRGINIA CAVALCANTE PORTELA DE ALMEIDA, inscrita na OAB sob o nº 42.154, cujo endereço eletrônico é virginiaalmeidaadv@gmail.com, Propor:

### **AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, COM PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA**

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

#### **I - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

O Reclamante postula a Justiça Gratuita, com fulcro nos artigos 98, § 1º e 5º do Novo CPC e artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, pois é pessoa pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento, conforme Declaração de Hipossuficiência que instrui a inicial.

#### **II – DOS FATOS**

O requerente sofreu um acidente automobilístico no dia 13/11/2019, causando fratura exposta em membro superior esquerdo e deformidade óssea em face, deixando a mobilidade do Requerente com danos e sequelas permanentes, conforme comprova a documentação anexa, Boletim de Ocorrência, Registro de Atendimento Médico Emergencial.

Nos termos da legislação, o valor da indenização do seguro DPVAT é o valor de até **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, considerando as lesões mencionadas acima, porém conforme carta acostada aos autos a seguradora líder efetuou o pagamento de **R\$ 3.712,50 (três mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos)**, conforme carta acostada aos autos, restando, portanto, a ser pago o valor de até **R\$ 9.787,50 (nove mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Ocorre que a indenização liberada pela Requerida não possui compatibilidade com a perda sofrida pelo Requerente, tendo em vista que este teve a mobilidade afetada de maneira permanente e a indenização paga a requerente se refere a acidentes de graduação leve, que não se coaduna com o caso apresentado, que teve a necessidade de **realização de cirurgia de urgência** devido a gravidade dos ferimentos e que, inclusive, passou **vários dias internado** devido à **fratura exposta em braço esquerdo, fraturas na face, bem como lesão no olho esquerdo**. Lesão esta, que causou **trauma ocular, catarata traumática e laceração da íris**. A vítima ainda precisou realizar diversos exames, que atestam o **comprometimento da visão e perda funcional do braço** conforme documentos médicos em anexo e cujas sequelas serão apuradas após avaliação com médico especializado nomeado por este juízo.

### III - DO DIREITO

O seguro DPVAT é um seguro de caráter eminentemente social, tendo como um de seus objetivos, conferir amparo financeiro mínimo diante das necessidades das pessoas vitimadas de acidente de trânsito que se tornam permanentemente inválidas – seja a invalidez física ou psíquica.

Como é cediço, referido amparo mínimo às vítimas inválidas é pago através de indenizações advindas de um fundo comum administrado pela SEGURADORA, oriundo do seguro obrigatório pago pelos proprietários de veículo automotores, e composto por inúmeras companhias seguradoras integrante deste fundo.

Existe um convenio entre essas diversas seguradoras cuja gestão e administração cabe a seguradora. As ações judiciais de Cobrança de Indenizações de DPVAT podem ser movidas contra qualquer uma das seguradoras integrantes do referido convênio, in verbis:

**“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRANSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL”.**

Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

**QUALQUER SEGURADORA QUE OPERA NO SISTEMA PODE SER ACIONADA PARA PAGAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO SEGURO OBRIGATÓRIO, assegurado o direito de regresso. Precedentes. “(STJ, 4ª Turma, AgRg no Ag nº 870.091, rel. Min. João Otávio de Noronha, v.u., j. 20.11.2007) (g.n)**

Dito isso, é importante ressaltar, que o Requerente tem direito a receber o Seguro correspondente ao acidente como lhe é devido, considerando a invalidade permanente do membro em alto grau e os danos estéticos, tendo em vista que foi diagnosticado, conforme o laudo médico anexo, com **lesões crâneo faciais, trauma ocular no olho esquerdo, fratura exposta no braço esquerdo** e sendo submetido a **tratamento cirúrgico para contenção do trauma ocular e do braço**.

Dessa maneira, aduz o art. 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, **grifo nosso**:

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

***II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Conclui-se, assim, conforme documentos médicos em anexo, há necessidade de majoração no valor segurado, tendo em vista o dano permanente em alto grau, assegurando-se no art. 5º da Lei de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, **in verbis**:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado **mediante simples prova** do acidente e do **dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Ademais, consoante o Julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sendo atestado a invalidez permanente, o seguro deverá indenizar a vítima do acidente na sua integralidade, **grifo nosso:**

**APELAÇÃO CÍVEL. COMPLEMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE INCONTROVERSA. LESÃO ATESTADA POR EXAME DE CORPO DE DELITO. GRAU DE INVALIDEZ. INDIFERENÇA. REGULAMENTOS DO CNSP. INVALIDADE FRENTE À LEI ORDINÁRIA, HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. VALOR INDENIZATÓRIO DEVIDO NA SUA INTEGRALIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.** "Tendo a seguradora admitido a existência da invalidez permanente (caso contrário não teria pago sequer parte do valor), apenas discordando do autor quanto à parcialidade ou grau do dano, resta evidente que a aplicação da lei não poderá ser incompleta. Isto é, o seguro DPVAT deverá ser pago em sua integralidade àquele que sofreu lesão por acidente de trânsito, da qual haja resultado invalidez permanente, não importa em que grau." (Apelação Cível n.º de Ituporanga. Relator: Des. Edson Ubaldo, j. em 23-7-2009) "É competência das leis gerar obrigações a terceiros, a teor do princípio constitucional da legalidade, não se podendo falar em existência de limite imposto aos prêmios segurados pelas resoluções da CNSP e da SUSEP, porquanto as leis são normas hierarquicamente superiores àquelas editadas pelos órgãos regulamentadores e fiscalizadores."

(Apelação Cível n.º, de Blumenau, Rel. Des. Carlos Prudêncio, j. em 8-5-2007). "O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, não havendo incompatibilidade entre o disposto na Lei n.º 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária" (AgRg no Ag n.º 742443/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 4-4-2006).

(TJ-SC - AC: 754241 SC 2009.075424-1, Relator: Carlos Adilson Silva, Data de Julgamento: 06/04/2010, Quarta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n.º de Blumenau)

Frisa-se, Excelência, que a Requerida indenizou com valor **R\$ 3.712,50 (três mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos)**, no entanto, trata-se aqui de invalidez permanente de alto grau, portanto, em correspondência com a graduação da perda, aduz o inciso II, §1º, art. 3º da Lei nº 6.194/74 que: (**grifo nosso**)

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. tendo em vista a perca total da função do membro, sendo, portanto, perda de repercussão intensa.*

### III- DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o requerente Pobre na Forma da Lei, carecedor de recursos para custear as despesas do processo, sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;

b) A citação e intimação da requerida, por via postal e com Aviso de Recebimento, para exibir copiam do processo administrativo em 05 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e responder aos termos da presente, no prazo máximo de 15 dias, sob pena de preclusão e revelia;

c) Se assim não entender pelo pagamento total da lesão no valor de R\$ 13.500,00, requer alternativamente que V. Exa., determine o pagamento proporcional à sequela conforme a Tabela da Lei 11.945/09, abatendo o valor recebido administrativamente, após perícia judicial a ser realizada nas dependências do fórum através do CEJUS, uma vez que, o IML vem se negando a realizar tal perícia;

d) Considerando que a presente ação trata de cobrança de diferença de seguro DPVAT e por se tratar de matéria de direito, requer o julgamento antecipado da lide, com a procedência de demanda, para condenar a seguradora-ré ao pagamento dos pedidos acima requeridos, com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e atualização monetária (IGPM) a contar da data do acidente, e custas processuais, não devendo recair sobre a parte autora quaisquer ônus sucumbências por ter pedidos alternativos e ser beneficiaria da justiça gratuita conforme o art. 98 do CPC;

e) A condenação da seguradora-ré ao ônus da sucumbência, com fixação de honorários advocatícios de 20% sobre o valor final e atualizado, da condenação;

f) A parte autora manifesta que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII, do CPC, remetendo-se, portanto, os autos para central de conciliação para participar dos mutirões de DPVAT, uma vez que, a perícia é imprescindível para o deslinde da presente demanda.

Por derradeiro, requer que as intimações sejam direcionadas a Dra. Virginia Cavalcante Portela de Almeida, advogada inscrita na OAB/CE sob nº. 42.154, no endereço eletrônico virginiaalmeidaadv@gmail.com, com escritório profissional estabelecido em Fortaleza, na Rua Coronel Nunes de Melo, 1541, Ap 102 A, Rodolfo Teófilo, Fortaleza-CE; sob pena de nulidade do ato.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas, notadamente, juntada posterior de documentos.

Dá-se a presente causa o valor de **R\$9.787,50 (nove mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Termos em que,

Pede deferimento,

Fortaleza, 03 de agosto de 2020.

VIRGINIA CAVALCANTE PORTELA DE ALMEIDA

OAB/CE 42.15



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348,  
Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

## DECISÃO

Processo nº:	<b>0242985-57.2020.8.06.0001</b>
Classe:	<b>Procedimento Comum Cível</b>
Assunto:	<b>Seguro</b>
Requerente:	<b>Ivanderson Freitas de Sousa</b>
Requerido:	<b>Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT</b>

Vistos, etc.

Gratuidade deferida.

Desde o advento no novo CPC, "se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência", tal como dispõe o art. 334 de citada Codificação.

Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, contudo, bem se sabe que a única possibilidade de composição só poderá ocorrer APÓS a realização da perícia necessária à apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual:

Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Assim, a realização de tal prova, antes mesmo da realização da audiência de conciliação, é providêncie que se impõe, na espécie, e que ora adoto, com esteio no que dispõem os arts. 139 e 381, II, do vigente CPC:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...)

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifos não existentes no original).

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

(...)

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; (grifos não existentes no original).

Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348,  
Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. **Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275**, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição.

Indique, assim, a Secretaria, nome de perito para realizar a mesma, observado o que estabelece a Resolução nº. 04/2017, de 06 de abril de 2017, do Órgão Especial do TJCE, ficando a cargo de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205 - cuja inclusão no pólo passivo, caso ainda não realizada, determino ex officio -, o pagamento dos honorários de referido expert.

Intimar as partes, ainda:

- a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos;
- b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão.

Também registro que as perícias serão realizadas, sem exceção, na forma das já realizadas nos mutirões anteriormente realizados.

Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum.

Nada mais natural que as perícias sejam aqui realizadas.

Afinal, foi A PARTE quem escolheu esta Comarca, muitas vezes abrindo mão do direito de demandar dentro da própria Comarca onde reside, com muito menores custos. Logo, deve aceitar, por igual, que a perícia seja aqui realizada.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348,  
Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC, tudo de logo já anunciado.

INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista.

**Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT., ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma, além de apresentar, junto com sua defesa, o processo administrativo.**

Intimar os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ.

Fortaleza/CE, 05 de agosto de 2020.

**Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima  
Juíza de Direito**